

# APAGAMENTOS, INSURGÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E DAS TERRITORIALIDADES NEGRAS NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO-RJ.

*Erasures, insurgencies and resistances in the production of territory and black territorialities in the port region of Rio de Janeiro-RJ*

**Amaro Sérgio Marques**

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, Filiação PUC-Rio, Brasil

[amaro@puc-rio.br](mailto:amaro@puc-rio.br)

**Kátia Lenina da Silva Rosa**

Mestranda em Engenharia das Construções pela UFOP, Filiação UFOP, Brasil

[katia.rosa@aluno.ufop.edu.br](mailto:katia.rosa@aluno.ufop.edu.br)

**Alessandro Borsagli**

Mestre e doutorando em Geografia pelo PPGG-TIE - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Filiação PUC-Minas, Brasil

[borsagli@gmail.com](mailto:borsagli@gmail.com)

**Brenda Melo Bernardes**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, Filiação UFMG, Brasil

[brenda.mbernardes@gmail.com](mailto:brenda.mbernardes@gmail.com)

Recebido: 29/04/2025

Aceito: 28/08/2025

## Resumo

A cidade do Rio de Janeiro foi o cenário do desembarque de mais de 1 milhão de africanos escravizados até o século XIX. Esse trabalho objetiva discutir sobre a produção dos territórios e das territorialidades negras na região portuária. Adotou-se a revisão crítica da literatura, posteriormente de pesquisa de campo, de registro fotográfico e a produção de mapas acerca da região. Observou-se a presença de territorialidades negras através da culinária, do uso de plantas ornamentais de matriz africana, mosaico alusivo ao surgimento do carnaval e grafites na Pedra do Sal, a entrega do Presente de lemanjá e o roteiro turístico e cultural da Pequena África organizado pelo Instituto Pretos Novos-IPN. Fica claro que, apesar das diversas tentativas de organização do território com o intuito do embranquecimento do espaço urbano, que os coletivos negros e os moradores continuam com a produção de territorialidades negras, a partir de movimentos de resistência ou de insurgência que contribui para o resgate da memória e preservação da cultura negra na cidade.

**Palavras-chave:** Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Territorialidades negras, espaço urbano, território.

## Abstract

The city of Rio de Janeiro was the scene of the disembarkation of more than 1 million enslaved Africans until the 19th century. This work aims to discuss the production of black territories and territorialities in the port region. A critical review of the literature was adopted,

followed by field research, photographic records and the production of maps of the region. The presence of black territorialities was observed through cuisine, the use of ornamental plants of African origin, mosaics alluding to the emergence of carnival and graffiti on Pedra do Sal, the delivery of the Gift of Iemanjá and the tourist and cultural itinerary of Pequena África organized by the Instituto Pretos Novos-IPN. It is clear that, despite the various attempts to organize the territory with the aim of whitening the urban space, black collectives and residents continue to produce black territorialities, based on resistance or insurgency movements that contribute to the recovery of memory and preservation of black culture in the city.

**Keywords:** Valongo Quay, Rio de Janeiro, Black territories, urban space, territory.

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro recebeu cerca de 17% de todos os africanos escravizados em todo o mundo durante os séculos XVI e XIX. Uma parte específica da cidade – que se transformaria posteriormente em zona portuária foi adaptada para receber o desembarque de africanos escravizados, que recebeu o nome de Cais do Valongo. Esse porto foi reconhecido pela UNESCO no ano de 2017 como o que mais recebeu escravizados no Brasil e nas Américas, estima-se algo como um milhão de africanos desembarcados por esse importante ancoradouro (Prefeitura do Rio, 2022).

O Cais do Valongo foi efetivamente criado em 1811 pela Intendência Geral de Polícia, mas anteriormente o desembarque ocorria na região da antiga Rua da Alfândega, no centro da cidade. Os navios com os escravizados – conhecidos como tumbeiros, ficavam ancorados e eram submetidos às inspeções sanitárias para evitar a transmissão de doenças, era uma espécie de quarentena. Passado esse prazo, os que conseguissem sobreviver a longa e sofrida travessia do atlântico poderiam seguir finalmente para o mercado do Valongo. Essa região concentrava os trapiches, armazéns e mercado para a comercialização de produtos em ferro batido para a contenção dos escravizados como correntes, gargalheiras, as golilhas e o libambo, contando ainda com um lazareto (uma espécie de hospital para os enfermos), um cemitério específico para os que morriam antes de ser comercializados, além das lojas onde eram realizados o comércio de “peças” – como os escravizados eram chamados à época (Lima, 2016).

O Cais e seus anexos na área portuária continuaram funcionando mesmo que informalmente depois da Lei do Ventre Livre em 1831, e só em 1843 por ordem do Imperador Dom Pedro II foi reformado (sofrendo assim o primeiro processo de apagamento) recebendo o nome de Cais da Imperatriz. Assim, uma nova base foi construída sobre o antigo Valongo – que foi soterrado e esquecido, com o objetivo de receber o navio que traria

ao Brasil a Princesa das Duas Sicílias e futura Imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon (Lima, 2016).

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo discutir sobre a produção dos territórios e das territorialidades negras na região portuária do Rio de Janeiro, em um primeiro recorte, no período dos séculos XVI ao XIX no contexto da diáspora Africana e os complexos arranjos do processo de escravização negra no Brasil referente a transferência do cais para desembarque de escravizados na região do Valongo, posteriormente de forma pontual com a construção do Cais da Imperatriz. Ainda, em um segundo recorte, nas primeiras décadas do século XX com a Reforma Urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos, e por fim, a partir da primeira década do século XXI com os Grandes Projetos de Requalificação Urbana da área portuária do Rio de Janeiro.

Nessa medida, assumindo no decorrer desse trabalho uma análise mais contemporânea - com a redescoberta do cais do Valongo em 2011 - nos interessa analisar a apropriação do espaço pelos povos em diáspora, a espacialização e as manifestações cotidianas da cidade negra e parda, da cidade informal e insurgente, mais especificamente na zona portuária e na Pequena África em contraponto a cidade formal e planejada.

Tendo em vista uma maior aproximação e investigação do tema, toma-se como metodologia a revisão crítica da literatura sobre a temática da produção do espaço pela população negra na zona portuária do município do Rio de Janeiro com o viés de etnia como categoria de análise. Para tanto, foram investigados bancos de dados disponíveis, como o Portal da CAPES, Scielo e outros repositórios de universidades no Brasil. Também recorremos aos arquivos públicos, cartórios e mapotecas numa perspectiva de reconstituição dos complexos processos de produção desses territórios. Esse trabalho teve uma abordagem observacional, quali-quantitativa e de caráter transversal.

Também foi utilizado o método de análise etnográfica (com trabalho de campo e coleta de dados com diversas incursões no território no período de 2023 a 2025) com o intuito de melhor compreender aspectos dos moradores da região portuária, principalmente tendo em vista a necessidade de uma visão ampla do cotidiano dos moradores das áreas em estudo. Numa perspectiva de Beaud (2007, p. 10): “antes de tudo compreender, aproximando o que está distante, tornando familiar o que é estranho”. Sob essa ótica foi realizado um trabalho de observação participante, com registro do processo de coleta de dados num diário de campo, com o relato dos principais fatos e interações.

Ainda foi realizado o levantamento fotográfico de alguns espaços e de elementos importantes da área - que compõem a paisagem portuária e do entorno - na perspectiva de

apontar as territorialidades, as resistências, os apagamentos ou as insurgências negras ou afro diaspóricas, aspectos muitas vezes invisibilizados no cotidiano de uma grande metrópole.

Optou-se, adicionalmente, pela utilização de mapas e cartografias para delimitar a área de estudo, dando destaque para os corredores e eixos estruturantes da região, buscando remontar alguns aspectos da complexa engenharia que norteou o intenso comércio de pessoas escravizadas por mais de 300 anos nessa área, além de situar as intervenções e mudanças urbanísticas que tinham como objetivo apagar os registros e memórias do tráfico transatlântico no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, foram utilizados mapas de época, bem como imagens de satélite com tratamento com softwares de imagens para ajudar na indicação de ruas, pontos de localização, indicação de edificações importantes, bem como para os espaços públicos e equipamentos culturais da área.

Ressalta-se ainda que esse texto é o resultado parcial da pesquisa que vem sendo realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC - Rio, com o título de “Territórios negros e suas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro - RJ”, bem como nas discussões do Grupo de Pesquisa Produção do Território e de Territorialidades – BAOBÁ-PUC-Rio.

O artigo foi dividido em três partes, a primeira com a definição dos termos território e territorialidade, principalmente na perspectiva de Marcelo Lopes de Souza (2001). Já na segunda parte, analisamos de forma breve os principais aspectos da produção do território negro. E por fim, foram estudadas as possíveis formas de insurgências, resistências e dos processos de constituição de territorialidades negras na região portuária do Rio de Janeiro.

## **2. O USO DO TERMO TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE**

No processo de formação da Nação Brasileira, desde a chegada dos primeiros africanos escravizados, ocorreram diversas rebeliões, motins, revoltas e fugas, que culminaram na formação de locais de refúgio, resistência, produção e trocas, conhecidos como quilombos (Fonseca, 2011). Estes poderiam estar distantes dos arraiais e vilas, ou em zonas rurais, às vezes de difícil acesso, enquanto outros foram sendo incorporados ao tecido urbano no processo de crescimento e ampliação das cidades. Essas áreas foram se consolidando como territórios negros, e muitos desses espaços ainda são reivindicados hoje pelos moradores e seus descendentes.

Conforme a análise de Marcelo Lopes de Souza, o território é entendido como um conceito que incorpora tanto elementos políticos quanto culturais. Na ótica do autor as

relações nesse espaço se estabelecem através de relações de poder ou mesmo como um campo de forças, sendo ressaltada a condição de dominação e influência de um grupo sobre o outro, bem como a distinção entre os integrantes de determinado espaço e os estranhos - que não pertencem ao mesmo grupo (Souza, 2001). Em outras palavras: quem controla e quem seria controlado numa determinada fração do espaço material.

O território é, nesse sentido, parte de uma extensão física dos espaços, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder e controle. Por intermédio desse controle é possível a imposição de regras de acesso e de circulação, bem como a normalização de usos, de atitudes e comportamentos sobre esse espaço. (Fraga, 2007, p.16).

Assim, podemos pensar em um quarteirão dominado por vendedores ambulantes de comércio de produtos importados contrabandeados, um bairro dominado pela milícia ou ainda uma comunidade reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como um quilombo. Além disso, compreende-se que em um determinado espaço apropriado por uma população de maioria negra poderá ser mantido coeso, diverso em seus aspectos culturais, sociais e religiosos, em consonância com sua ancestralidade africana.

Ramos (2013) reforça que o legado da herança ancestral trazido pelos escravizados africanos em diáspora ao Brasil foram sendo modificados, constituindo a base dos complexos processos de resistência e de manifestação cultural – produzidos por negros e negras em contato com os povos originários – portanto distinta de outras representações culturais que foram estabelecidas em nosso país,

As características culturais e históricas de populações negras são permeadas pela ancestralidade e por seus desdobramentos nas tradições e filosofias africanas, tornando-se especificidades nas suas novas contextualizações diaspóricas no Brasil, sendo reelaboradas e ressignificadas, tornando-se culturas negras, como referenciais próprios da vida social coletiva (Ramos, 2013, p. 15).

Para efeito de discussão, a definição de territorialidade é abordada como o conjunto das apropriações e manifestações culturais sobre uma determinada porção do espaço. Assim, os atores sociais poderiam exercer a prática espacial, construindo sentido para suas próprias vidas e para os espaços criados por eles mesmos (Raffestin, 1980). Além disso, pode-se considerar a territorialidade humana como o ato de afetar, transformar ou controlar uma determinada área geográfica - um território (Sack, 1986). Essas territorialidades permeiam todas as escalas da vida humana, desde as micro até as macro relações tanto pessoais quanto no cotidiano de nossas cidades.

Nessa medida, destaca-se que a territorialidade está centrada na identidade que cada grupo socioespacial possui, considerando suas questões culturais e seus desdobramentos sobre um determinado território. É certo que aqui se aborda o espaço vivido, onde se

estabelecem complexas relações de poder, com momentos de conflito e de paz, mas também onde as resistências e as insurgências podem se manifestar (Becker, 2010).

Souza (2010) retomará a discussão sobre as práticas sociais e seus desdobramentos nos territórios e nos processos de territorialização - que teoricamente criariam determinadas territorialidades, principalmente como formas de resistência e insurgência:

No que diz respeito à resistência (contrapoder, insurgência), esta é muito frequentemente exercida mediante processos de territorialização - ou seja, mediante o controle e a ocupação de espaço (Souza, 2010, p.30-31).

Assim, observa-se que a produção do território e das territorialidades - neste caso, negras - está sendo forjada a partir de manifestações culturais trazidas pelos primeiros escravizados que chegaram ao solo da cidade do Rio de Janeiro e se estabeleceram na região portuária. Um paralelo com as formas de ocupação urbana pela população negra pode ser constatado em um estudo realizado em Salvador, Bahia, onde na formação de bairros populares ficou evidente a presença de questões culturais, como a alta concentração de bares e áreas boêmias (similarmente ao Rio de Janeiro com as Casas de Zungus), e de resistência, representada pelas religiões de matriz africana como o candomblé de forma análoga também no Rio de Janeiro com seus terreiros e casas de santos (Ramos, 2013).

Contudo, pretende-se discorrer no próximo tópico sobre os complexos arranjos que foram organizados em resposta à necessidade de apropriação dos espaços de nossas cidades pela população negra em diáspora. E, no tópico seguinte, serão abordados os aspectos socioespaciais das resistências e insurgências das territorialidades negras.

### **3. A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NEGRO**

Raça, racismo e todas as suas reverberações são efeitos castradores da vida em sua diversidade. A lógica colonial atenta contra a vida, uma vez que desperdiça as experiências possíveis e propaga a escassez. Sendo elemento de vitalidade transmitido, trocado, compartilhado e multiplicado, o axé emerge como o fundamento que rasura a lógica perpetrada no Ocidente-europeu/branco/heteropatriarcal/capitalista. Ainda, dinamizado por Exu, sendo ele o seu portador é aquele que permite o devir, outras lógicas se inscrevem a partir de sua atuação. Dessa forma, onde há desperdício, se cruza a pluralização, onde há ausência, se cruza a mobilidade, onde há conformidade, se cruza a rebeldia, onde há normatização, se cruza a transgressão, onde há escassez, se cruzam as possibilidades (Rufino, 2019, p. 269-270).

A permanência das comunidades negras nas cidades brasileiras - que em certa medida para muitos serviriam de salvaguarda da cultura, da religião e modos de vida ligados às tradições vindas da África e suas territorialidades - estaria em risco, uma vez que esses territórios começaram a se tornar locais de interesse para o mercado imobiliário, mais

especificamente da virada do século XIX para o século XX, se tratando da cidade do Rio de Janeiro.

Também é preciso apontar a existência de diversos mecanismos de usurpação ou de expulsão da população negra de seus territórios, seja por parte de grandes representantes do mercado imobiliário - muitas vezes em consonância com cartórios e órgãos públicos - ou a partir dos grandes projetos de reforma ou de requalificação urbana. Ao perderem o território, a população negra perderia ainda sua coesão social e laços de solidariedade, fundamentais para essa população (Marques, 2018).

A presença da população negra nas cidades brasileiras foi marcada historicamente por um complexo processo de estigmatização. Fruto não apenas de baixas condições socioeconômicas, mas ainda de um componente étnico (na época ainda se utilizava o termo “raça”), apontado desde de 1953 na cidade do Rio de Janeiro pelo pesquisador Luiz Aguiar Costa Pinto, um dos pioneiros na abordagem sociológica do tema (Costa Pinto, 1998). Sob essa ótica, os lugares reservados para os negros, na cidade, tornaram-se locais marginalizados, em face da violência policial e da ausência de políticas públicas adequadas (Rolnik, 1989).

No processo de constituição da Nação Brasileira, tendo o negro e as demais minorias étnicas o papel de subalternidade, chega-se aos dias atuais com a segregação sócio-espacial sendo um dos problemas expressivos do Brasil. Assim, pode-se falar em desigualdade racial (étnica) já estando manifestada em seus processos de espacialização pelos territórios negros nas cidades (Panta, 2019).

Nessa perspectiva, desde o fim da escravidão a população negra vem sofrendo com os processos de discriminação étnica, ficando alijadas de diversos direitos, entre eles o do direito à uma moradia adequada. Por não conseguirem a inserção plena na sociedade brasileira, bem como não possuir renda disponível para o disputado mercado imobiliário das grandes regiões metropolitanas – como no Rio de Janeiro, grande parte dessa população ocupou áreas inadequadas em fundos de vales, mangues, pântanos e cristas de morro, que geralmente são áreas de risco geológico ou de inundação.

Com isso, muitas vezes a produção do espaço por parte da população negra não se enquadra nos cânones do urbanismo ou da legislação em vigor, constituindo-se em locais de resistência frente aos processos de especulação imobiliária, gentrificação e de segregação, como tem ocorrido com a região portuária do Rio de Janeiro.

Ainda, aponta-se que os negros também enfrentam problemas como o acesso às políticas públicas em geral, bem como à moradia e à titulação territorial. O problema da

habitação no Brasil não pode ser dissociado da questão social, e - porque não do viés étnico - pois este contexto muito tardiamente passou a ser assumido como uma responsabilidade governamental, primeiramente no que se refere a moradia urbana, mas seguindo as regras do mercado imobiliário (Bonduki, 2011).

Todavia, ainda merecem atenção os dados obtidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro que apontaram um déficit de 500 mil moradias para todo o estado, no ano de 2021 (Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2021).

No Brasil, as primeiras ações que culminaram na criação de Políticas Públicas Habitacionais começaram com a Lei do Inquilinato (1942), posteriormente, com a publicação pelo Governo Brasileiro do Decreto-Lei 58 - que regulamentou em 1938 a venda de lotes a prestação - e, por fim, com a criação de órgãos federais de produção de habitação - como as Carteiras Prediais dos IAPs (1938) (Bonduki, 2011).

Para Rodrigues (2001), com a Lei de Terras de 1850, os trabalhadores rurais, sobretudo os descendentes dos escravos, teriam sido excluídos do acesso à terra e, conseqüentemente do acesso à moradia. Soma-se a isso o contexto da Abolição da Escravatura (1888), marcado pela possibilidade de entrada dos negros no mercado de trabalho remunerado e livre. Assim, em consonância com Maricato (2001, p.23), que tem se debruçado na investigação dos problemas da pobreza urbana, “A tragédia urbana brasileira [...], tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)”.

Sob uma outra perspectiva, a situação de habitação e de políticas públicas de bem-estar social para da população negra no Brasil começa a ser objeto de estudos acadêmicos a partir de 1960, os quais inicialmente foram formulados por ativistas do Movimento Social Negro e por diversos pesquisadores (Brasil, 2009).

Apesar do esforço de ativistas, do movimento negro, movimentos sociais e pesquisadores, os territórios negros nas cidades ainda precisam ser incluídos formalmente na malha urbana dos municípios, se comparado à acessos, serviços e infraestrutura das demais áreas. A distância dos centros urbanos, que no passado garantiram o lugar de refúgio e de autonomia para os africanos aquilombados, atualmente, pode caracterizar os territórios negros como espaços de segregação socioespacial, bem como gerar diversos tipos de estigmatização, por exemplo serem considerados territórios inseguros ou violentos.

Isso posto, não se pode deixar de apontar o contexto de produção do espaço da cidade – leia-se da cidade capitalista, bem como o do direito à cidade, tema esse exaustivamente tratado pelos autores como Harvey (2005, 2014), Lefebvre (1999, 2001), entre outros. Diferente da cidade formal como o modelo do urbanismo progressista – controlado, regular, ortogonal - espalhado por todo o país no século XXI (Choay, 1997), os territórios negros parecem ter seguido uma outra forma de apropriação dos espaços.

Acerca da perspectiva de produção da cidade, Ramos destaca que

Desta perspectiva da diversidade da cidade (sítios históricos, favelas, condomínios fechados, entre outros) nas suas formas sociais e urbanas, permeada por fatores econômicos, políticos, culturais, históricos e sociais, existem as áreas planejadas, sob intervenções urbanísticas institucionalizadas, e as áreas não planejadas, intencionalmente ou não, à margem do planejamento institucional, em que os próprios moradores definem seus espaços habitados, havendo um planejamento próprio, originado de uma intenção, de um propósito. De um modo, ou de outro, a vida urbana é presente em toda a cidade (Ramos, 2013, p. 12).

Assim, nos interstícios do tecido urbano, formal e informal, meio que numa espécie de mosaico, é preciso um olhar mais atento para distinguir diferentes territórios e formas de apropriação da cidade plural. Enfim, deve-se procurar, em meio ao crescimento desordenado da cidade do Rio de Janeiro, a presença ou resquícios – reminiscências, insurgências e resistências dos territórios e das territorialidades negras, sobretudo através dos diversos processos de apagamento impostos à essa importante parte da cidade desde o século XVII.

#### **4. APAGAMENTOS, INSURGÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E TERRITORIALIDADES NEGRAS**

Houve um esforço do poder público na promoção dos diversos apagamentos da presença afro diaspórica na região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Dentre estes pode-se destacar: a transferência do porto original do entorno da rua da Alfândega (atual Praça XV) para o Cais do Valongo - 1º apagamento; posteriormente, o soterramento para a criação do Cais da Imperatriz - 2º apagamento; novo soterramento, no final do século XIX e início do século XX, nos contextos das reformas urbanas, higienismo e embelezamento da cidade (Reforma Pereira Passos e outros), com a construção do Jardim Suspenso do Valongo e o desaparecimento dos antigos mercados de escravizados no cais do valongo e na Rua Camerino - 3º apagamento; e, por fim, mais recentemente, novos apagamentos com os Grandes Projetos de Requalificação Urbana como o Porto Maravilha (2013) e a Reforma da Praça Mauá (2014-2015), Construção do Museu do Amanhã (2015), Porto

Maravalley (2022), Reviver Centro (2021), Parque do Porto (2024), entre outros - consistindo em um 4º apagamento.

Todavia, ainda podemos elencar diversos mecanismos de insurgências e resistências agenciadas pela população negra nessa região, em conformidade com Souza (2010), que as denomina como *práticas espaciais insurgentes*. O mesmo autor as classifica em: “[...] violentas ou não violentas; duráveis ou efêmeras, imediatamente políticas, ruidosas ou silenciosas, abertas ou às escondidas, local ou supralocal [...]” (Id. 2010, p. 33-34).

Neste artigo, utilizou-se como opção o apontamento de certas territorialidades enquanto práticas espaciais insurgentes - como já descrito anteriormente -, manifestações culturais, religiosas ou artísticas, resistências e insurgências, que estariam destacando algumas coletividades ou grupos, ou mesmo ações individuais, como marcadores da presença negra na produção desse território. Como recorte temporal, as imagens desse levantamento fotográfico foram realizadas em fevereiro de 2023 e julho de 2024.

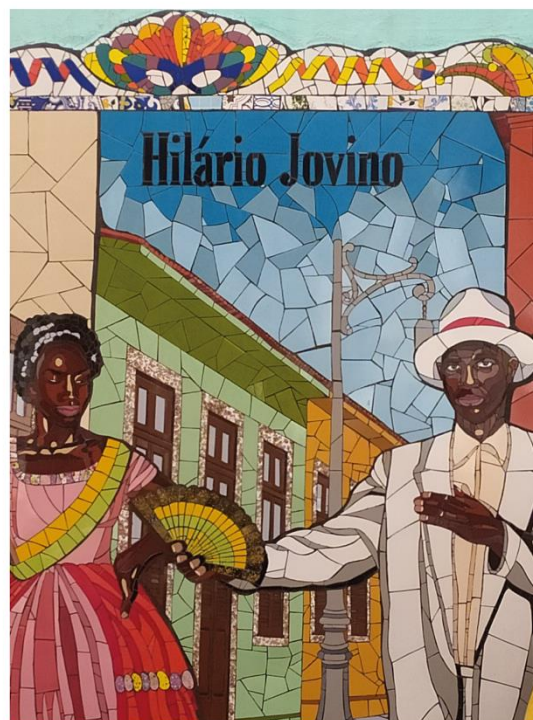
Na seleção das imagens que serão apontadas nesta sessão fizemos a escolha pela categoria de práticas espaciais insurgentes como:

- Manifestação cultural: o mosaico com a figura do criador do Samba - Hilário Jovino, a figura de Zumbi no mural na Pedra do Sal e o grafite com o *malandro* na Pedra do Sal.
- Manifestação religiosa: altar de matriz africana com a imagem de São Jorge, Planta Espada de São Jorge, Orixás e Comida de Matriz Africana na Casa Omolokum, Cortejo e Entrega de Presente à Iemanjá pelos Filhos de Gandhi na zona portuária;
- Roteiro turístico da memória da história africana pelo Instituto Pretos Novos-IPN na Pequena África: Banner com figura de duas crianças negras no fechamento externo no Museu Mar - Praça Mauá;
- Apagamento e posterior revitalização do Cais do Valongo (Figura 1);
- Construção do Jardim Suspenso do Valongo.

**Figura 1 - Práticas Espaciais Insurgentes.**

**Fonte:** Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ARCGIS (Adaptado pelos autores), 2024.

Assim é possível destacar em um mosaico localizado no Beco João Inácio, próximo ao Largo de São Francisco de Assis da Prainha na região da Pequena África, uma referência ao nascimento do samba nessa área, com a presença do sambista Hilário Jovino (1873-1933). A ele se atribui a criação do primeiro rancho carnavalesco - “Rei de Ouro”, também teria sido o responsável pela introdução da figura de mestre-sala e porta-bandeira nos cordões carnavalescos da época. Em certa medida, o mosaico é uma forma de resistência contra os apagamentos que a história da presença negra tem sofrido (Figura 2).



**Figura 2** - Mosaico sobre o samba na Pequena África.  
**Fonte:** Acervo Próprio/2023.

Outra forma de prática espacial insurgente aparece em um mural na lateral da Pedra do Sal, no entorno da região portuária, com a imagem de Zumbi dos Palmares (líder do quilombo de mesmo nome e figura proeminente da luta do movimento negro no Brasil). Na imagem a figura de Zumbi aparece ao centro, em destaque apenas para sua cabeça - sem representação dos demais membros; e nas cores verde, amarelo e vermelho (cores utilizadas em tecidos e em bandeiras de diversos países da África), além da figura de um atabaque (um instrumento musical - uma espécie de tambor para percussão), feito em madeira e couro de boi, utilizado nas rodas de capoeira e em rituais e cultos religiosos afro-brasileiros, para invocar os orixás, inquices e voduns - divindades da religião Iorubá representados pela natureza, no contexto do candomblé e da umbanda (Figura 3).



**Figura 3** - Imagem de Zumbi pintada em um mural.  
**Fonte:** Acervo Próprio/2023.

Também na Pedra do Sal, um grafite com a representação do *malandro* e os dizeres: “Quem é malandro não pode correr...”, aponta uma figura masculina com chapéu panamá branco, camisa com listras vermelhas e brancas, terno e calças brancas, fazendo referência à uma forma de vida despojada, irônica, livre e sem muito apreço ao trabalho formal - que foi imposta de forma pejorativa aos sambistas no imaginário social até os dias atuais (Figura 4).

Esse tipo de comportamento - tipificado pela lei de vadiagem no período de 1830 a 1940 no Brasil, era muito combatido pelas forças policiais nessa área em função da grande presença de pessoas negras, que muitas vezes faziam trabalhos informais ou mesmo trabalhavam como estivadores, mas que não podiam ter seu momento de lazer respeitado pois poderiam estar na mira da repressão da polícia.

No entanto, o *malandro* representando na imagem acima também se constitui em uma entidade na religião de matriz africana conhecida como Zé Pilintra, ou como *Seu Zé* - inclusive existe um santuário específico para o culto desse orixá na região da Lapa. A região portuária historicamente foi berço de diversas manifestações culturais e religiosas realizadas pela população afro-brasileira como o samba, a capoeira, a culinária africana, o candomblé e a umbanda, com a presença de estivadores, marinheiros, as tias baianas com seus tabuleiros e comidas típicas, as mães e pais de santo, bem como sambistas, artistas, capoeiristas, músicos, numa diversidade de atividades e ocupações que construíram um

território com suas diversas territorialidades com esse recorte étnico que têm obtido maior visibilidades nas últimas décadas.



**Figura 4** - Grafite com a figura do malandro.

**Fonte:** Acervo Próprio/2023.

Uma outra presença afro-diaspórica na região tem fundamentação religiosa como um altar de matriz africana com a imagem de São Jorge (cultuado na Igreja Católica e nas religiões de matriz africana); nos canteiros, jardins, escadarias, portas e janelas com vasos de plantas com Espada de São Jorge ou comigo-ninguém-pode; Imagens de Orixás e Santos Católicos - numa espécie de sincretismo -; e a comida de Matriz Africana na Casa Omolokum e o Angú do Gomes; além do Cortejo e da Entrega de Presente à Iemanjá pelos Filhos de Gandhi na zona portuária da cidade (Figuras 5 e 6) onde se vê a embarcação com a entrega dos presentes para Iemanjá no Pôr Mauá.

Importante destacar que os escravizados ao desembarcar no cais do Valongo, seguiam da direção do mar em direção à rua Camerino (onde ficavam parte dos depósitos e locais de leilão de escravizados, além de outros aparatos da escravidão). Atualmente o cortejo organizado pelos Filhos de Gandhi, saem na direção contrária (da rua Camerino em direção à Praça Mauá e à Baía da Guanabara), onde são entregues os “presentes” / oferendas a Iemanjá. Ao usar o sentido contrário da mão de direção no trânsito com a ajuda da Guarda Municipal e da Polícia Militar, o cortejo percorre todo o trajeto pela CONTRAMÃO, quer insurgência melhor?! Assim o tráfego de veículos é interrompido

durante o cortejo que parte da sede dos Filhos de Gandhi na rua Camerino, posteriormente segue em direção à Avenida Barão de Tefé, Avenida Rodrigues Alves e por fim a Praça Mauá.



**Figura 5** - Altar com São Jorge, Espada de São Jorge e Santos do Candomblé e Cortejo dos Filhos de Gandhi na Praça Mauá.

**Fonte:** Acervo Próprio/2023.



**Figura 6** - Embarcação com os presentes para Iemanjá.

**Fonte:** Acervo Próprio/2023.

Aponta-se ainda outra prática espacial insurgente na região portuária do Rio de Janeiro na criação do roteiro turístico da memória da história africana pelo IPN. O roteiro

segue a seguinte ordem: Início no Largo de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal, Mirante do Morro da Conceição, Jardim Suspenso do Valongo, Espaço Cultural Casa da Tia Ciata (externo), Largo do Depósito, Mercado Escravagista do Valongo, Cais do Valongo (Patrimônio Histórico da Humanidade/Unesco), Docas Pedro II (externo), Revolta da Vacina na Praça da Harmonia e por fim o Cemitério dos Pretos Novos/IPN - na Gamboa (Figura 7). Essa instituição foi criada com o objetivo de divulgar a cultura negra na cidade bem como manter sua sede (com administração, biblioteca, sala de exposição e o local de escavação com um antigo cemitério de escravizados no bairro da Gamboa).

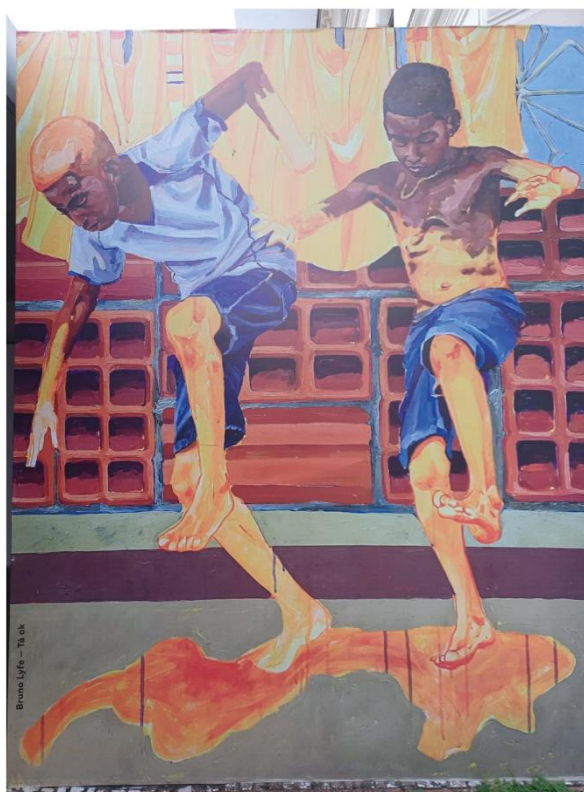
Também podemos salientar que existe a presença de figuras negras em diversos outros espaços na região portuária e na Pequena África, mas daremos destaque a observada no fechamento externo e nas fachadas do Museu Mar, situado na Praça Mauá. A figura representa duas crianças negras, uma delas sem camisa e a outra com o cabelo descolorido, como se estivessem dançando - talvez um *passinho*, ou apenas saltando sobre uma poça de água.

As crianças poderiam representar ainda um movimento de prática espacial insurgente no qual as crianças e adolescentes do Morro da Providência e de outras favelas da região, brincam na Praça Mauá (andando de skate, bicicleta ou simplesmente fazendo saltos acrobáticos na Bahia da Guanabara/Pier Mauá) como se vê na imagem abaixo (Figura 8).



**Figura 7** - Circuito de turismo do IPN na Pequena África.

**Fonte:** Acervo Próprio/2023.



**Figura 8** - Figura de crianças negras no Museu Mar.  
**Fonte:** Acervo Próprio/2024.

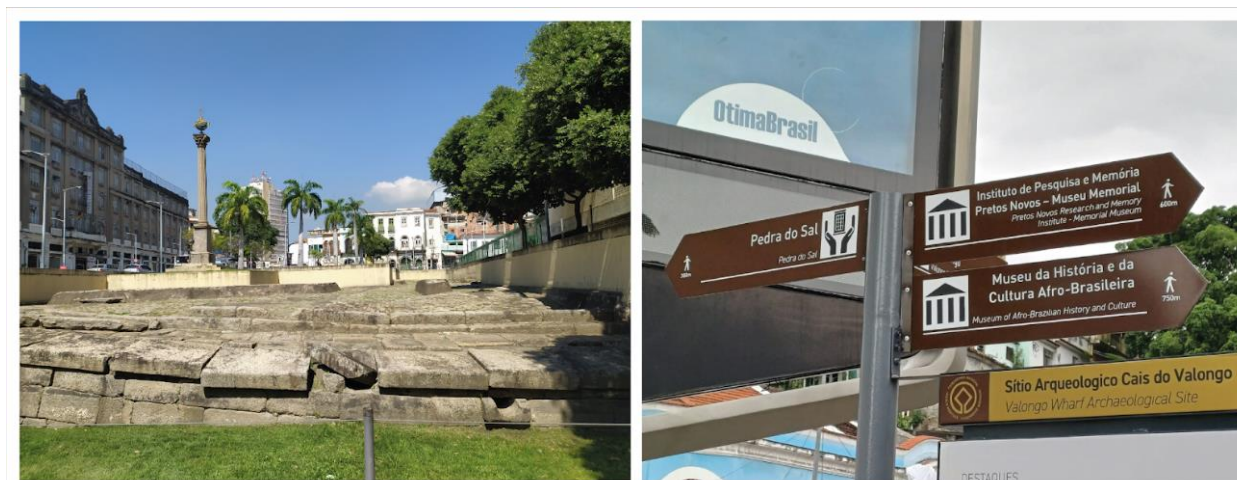
Como já mencionado houveram inúmeras tentativas de apagamento da história africana, como se fosse possível suprimir da história o desembarque de mais de 1 milhão de escravizados trazidos do continente africano para a região portuária e seu entorno. Outro fato que corrobora as hipóteses aqui apresentadas é demonstrado em uma placa afixada em uma coluna que faz alusão ao Cais da Imperatriz (Figura 9). Nessa placa, fica claro que o cais do Valongo (onde foram desembarcados os escravizados, foi soterrado e sobre ele erguido o Cais da Imperatriz).

Outra situação de apagamento - mesmo que por um curto período de tempo, foi a substituição de nome de rua, a rua do Valongo passou a se chamar rua da Imperatriz, no período entre o ano de 1843 até 1907, quando a mesma passa a se chamar Rua Camerino até os dias de hoje (IMAGINERIO, 2024).



**Figura 9** - Placa no Cais do Valongo com alusão ao Cais da Imperatriz.  
**Fonte:** Acervo Próprio/2024.

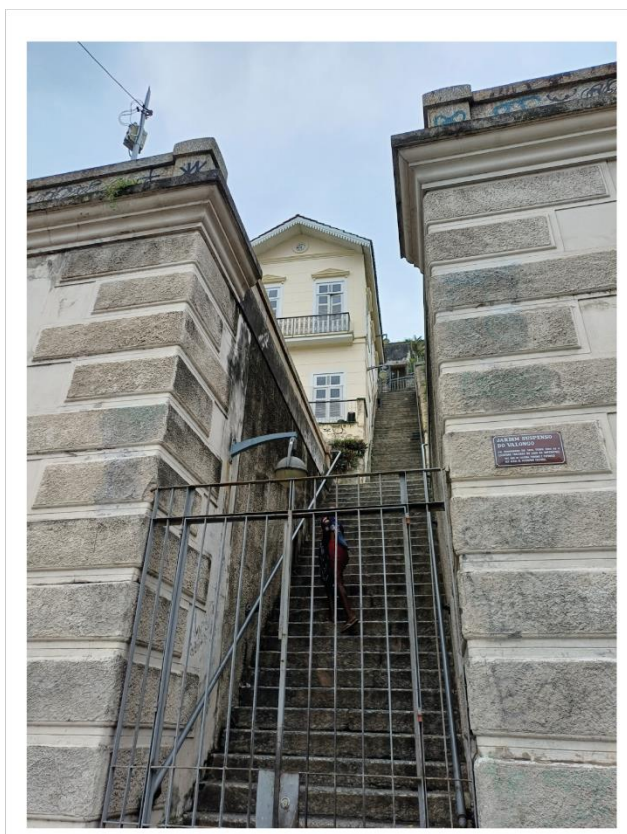
E ainda uma outra forma de resistência - dessa vez promovida pelo governo municipal - com a revitalização do Cais do Valongo em 2011, trazendo à tona uma história que estava sendo escondida por muitos anos, numa espécie de apagamento do processo de escravização de africanos em diáspora (Figura 10).



**Figura 10** - Revitalização do Cais do Valongo e Nova sinalização indicativa de ruas no cais do Valongo.  
**Fonte:** Acervo Próprio/2024.

Ainda é importante apontar que o Cais foi declarado Patrimônio Cultural pela Unesco em 2017 como o maior sítio de desembarque de escravizados das Américas. Todavia, essa região ficou sem manutenção principalmente no governo do prefeito Marcelo Crivella de 2017 a 2020. A falta de atenção por parte da municipalidade chegou a causar problemas com a ameaça da retirada do título pela Unesco no ano de 2021. Já no mandato do atual prefeito do Rio de Janeiro - Eduardo Paes, o cais e seu entorno receberam uma revitalização no ano de 2023 com a uma nova iluminação cênica, guarda-corpo e nova sinalização de ruas e do cais, com painéis informativos seguindo o padrão da Unesco.

E por fim, outra tentativa de apagamento da história africana foi a construção do Jardim Suspenso do Valongo no ano 1906 na rua Camerino (Figura 11). O novo jardim fazia parte do plano de embelezamento da cidade que precisava apagar sua origem colonial e tentar se espelhar nas grandes capitais europeias como Londres ou Paris. Capitaneada pelo Prefeito Pereira Passos os jardins foram projetados pelo arquiteto Luís Rey e tinha inspiração no estilo neoclássico. O apagamento consistiu não só na construção do jardim, mas na reforma ou demolição do complexo conjunto de sobrados e depósitos onde ocorria o comércio e leilão de escravizados, a casa de engorda, oficinas de fundição e de ferreiros, além de armazéns.



**Figura 11** - Jardim Suspenso do Valongo.

**Fonte:** Acervo Próprio/2023.

Assim, como já apontado anteriormente, o poder público efetuou de forma persistente e intencional, diversas intervenções urbanas na região portuária do Rio de Janeiro com o objetivo de apagar os registros e quaisquer resquícios do processo de escravização ou da herança afro diaspórica nessa parte histórica da cidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo buscou refletir acerca da apropriação e da presença dos territórios e das territorialidades negras na região portuária do Rio de Janeiro. A compreensão da dinâmica de formação dos territórios que compõem a cidade, seja ela apropriada pelos diversos atores sociais e das mais variadas formas, mostra-se ainda um elemento significativo para os pesquisadores das áreas de História, Arquitetura e Urbanismo e da Geografia.

Em um primeiro momento é preciso um olhar atento para tentar compreender a organização e apropriação dos espaços pela população negra e afrodescendente que, em certa medida, encontra-se ainda invisibilizada principalmente nos grandes centros urbanos brasileiros onde a organização do território atendeu em diversas épocas aos desejos de uma classe que buscou “embranquecer” o espaço urbano.

Na expansão da cidade sobre os antigos territórios ocupados pela população negra, nota-se um processo de expropriação e negação de direitos, apagamento da memória, destruição da história da escravidão, principalmente pela forma como o mercado imobiliário trata o solo urbano - uma mercadoria preciosa - e infelizmente não disponível para as minorias étnicas em nosso país. Para além disso, de forma consciente o poder público desde a república vem usando o processo de “embelezamento” da cidade do Rio de Janeiro, para suprimir quaisquer resquícios de seu período escravocrata.

Vinculado ao lugar de resistência, mas sofrendo as diversas formas de estigmatização e preconceito, a população negra continua lutando pelo reconhecimento de sua história - para além da escravidão.

Ademais, é preciso apontar para a importância da produção de territorialidades negras na região portuária, a partir de movimentos de resistência ou de insurgência por parte da comunidade local. Assim, seja por ser o sítio onde teria sido criado o samba, o lugar do sagrado - com as religiões de matriz africana e os Filhos de Gandhi, seja na culinária típica trazida pelos ancestrais de África, ou pelo roteiro turístico de valorização da história africana e o cemitério de escravizados, ou simplesmente por estar situado no contexto do maior porto de desembarque de escravizados das Américas, enfim, é preciso reforçar que a

cidade do Rio de Janeiro possui em sua região portuária - uma pequena África que resgata a memória, a cultura e as resistências dos territórios negros na cidade.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho contou com apoio da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUC-Rio. Os autores agradecem ainda ao PPGG-TIE PUC Minas pelo suporte técnico e a CAPES pelo suporte financeiro.

## REFERÊNCIAS

BEAUD, S. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007. 240p.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 1, p. 17–23, 2010.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. 344p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 43p.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1997. 352p.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **A desigualdade começa em casa: RJ tem um déficit habitacional de 500 mil moradias**. 2021. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/a-desigualdade-comeca-em-casa-rj-tem-um-deficit-habitacional-de-500-mil-moradias/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

COSTA PINTO, L. A. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 356p.

FONSECA, C. D. **Arraiais de vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 731p.

FRAGA, N. C. Território, região, poder e rede: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 7, n. 7, p. 9–32, 2007.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296p.

IMAGINERIO. **Mapa do Rio de Janeiro**. 2024. Disponível em: <https://www.imagerio.org/map>. Acesso em: 31 mai. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 146p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 212p.

LIMA, T. A.; SENE, G. M.; SOUZA, M. A. T. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, n. 1, p. 299–391, 2016.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. 208p.

MARQUES, A. S. **A produção do território e moradia no Quilombo Bom Jardim da Prata**. 2018. 175 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PANTA, M. População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. **Acervo**, v. 33, n. 1, p. 79–100, 2019.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Fluxo desumano: a escravidão no Rio de Janeiro**. Escritórios de Dados. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022. Disponível em: <https://www.dados.rio/post/dia-da-consciencia-negra>. Acesso em: 04 mai. 2024.

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Ed. Litec, 1980. 346p.

RAMOS, R. M. E. **Território afrodescendente**: leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). 2013. 186 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2001. 72p.  
ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 17, 1989.

RUFINO, L. Pedagogia das encruzilhadas: Exu como educação. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 9, n. 4, p. 262–289, 2019.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 267p.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77–116.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

Recebido: 29/04/2025

Aceito: 28/08/2025